

GRUPO DE TRABALHO : "A AÇÃO MISSIONÁRIA NAS ÁREAS
INDÍGENAS BRASILEIRAS" - 1º RELATÓRIO PARCIAL

1. INTRODUÇÃO

A primeira fase do levantamento da ação missionária em áreas indígenas brasileiras consistiu na avaliação de gabinete das atuações da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), Missão Cristã Evangélica do Brasil, (MICEB) e Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), conforme determinação da Assessora-Chefe da AESP através da I.T.E nº 044/85-AESP, item "b". De maneira a prover de objetividade e eficácia as conclusões do G.T., a análise teve sua amplitude delimitada tanto no espaço físico (áreas da 1a., 2a. e 8a.DRs) quanto no espaço temporal (1979-1985).

Este primeiro levantamento englobou a análise de três categorias de dados:

- a) A documentação proveniente das missões arquivada no Setor de Documentação da AESP (relatórios, convênios, dados cadastrais, etc.);
- b) Os relatórios do Sistema de Cadastramento de Áreas Indígenas (S.A.I.);
- c) Os relatórios de pesquisadores desvinculados da FUNAI e que desenvolveram pesquisas nas áreas em foco e dos estagiários do Curso de Indigenismo/85.

Cada um destes grupos de dados teve um tratamento diferencial por causa da sua origem particular, focalizando aspectos diferentes da problemática em estudo. Sendo assim, serão descritos separadamente de forma a proporcionarem tanto uma visão setorial quanto uma idéia global da ação missionária e do tratamento a ela dispensado por esta Fundação.

Além deste procedimento, o levantamento foi enriquecido por avaliações iniciais específicas, principalmente

pautadas na experiência adquirida pelos técnicos componentes do G.T. em outras oportunidades, da atuação concreta das três missões nas áreas de educação, saúde e estudos lingüísticos.

É imprescindível salientar que tal conjunto de procedimentos avaliativos deve ser visto principalmente como uma fase subsidiária e orientadora do trabalho como um todo. Ele só será completado e ganhará substancialidade na medida em que se efetivarem as avaliações in loco que, constituindo-se em "estudos de caso", deverão ser conclusivas em relação a cada situação específica uma vez que a relação missões/grupos indígenas se constitui numa realidade de maneira alguma indiferenciada.

2. A DOCUMENTAÇÃO DAS MISSÕES ARQUIVADA NO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DA AESP.

No levantamento deste tipo de dados dois aspectos principais se nos apresentaram como definidores da situação: um de ordem técnica e interna à FUNAI e outro de ordem relativamente externa a esta Fundação e concernente ao seu relacionamento com as Missões Religiosas.

O primeiro aspecto refere-se à completa desorganização da massa documental e à dificuldade em até mesmo se fazer o levantamento dos dados de arquivo, visto que não há no setor de documentação da AESP fichamento dos documentos arquivados. Sendo assim, grande parte do tempo destinado à análise de gabinete foi dispendido na pesquisa e organização dos dados documentais através da confecção de fichas por assunto. A dispersão dos documentos é fato a ser destacado, também; fora do setor de documentação achamos, empilhados por estantes e gavetas de arquivos fichas, levantamentos e estudos referentes ao assunto que, não fosse o fato praticamente incidental de os encontrarmos, estariam ainda desconhecidos por nós. Tal fato nos permite supor que muitos outros documentos estão fora do alcance dos técnicos pelo simples fato de estarem "mortos", acumulados em qualquer lugar. Esta constatação demonstra até que ponto

pode o nosso levantamento estar comprometido pela carência de dados.

O outro aspecto refere-se à qualidade dos dados. Apesar de um volume bastante grande, a documentação das missões é muito pouco expressiva. Por um lado, há os pedidos de autorização e todos os procedimentos para o trâmite legal para atuação em áreas indígenas como remessa de fichas cadastrais, atestados médicos, etc., que pouco podem contribuir para uma avaliação crítica da atividade missionária. Por outro, a parte que poderia nos informar sobre a substância da ação missionária - os relatórios semestrais - não é de forma nenhuma estruturada. Se de uma parte temos uma flagrante inconsistência na sua remessa pelas missões, por outra percebe-se a grande superficialidade de seu conteúdo. Fazendo-se uma análise comparativa dos diversos relatórios fica clara a repetição dos conteúdos de um a outro, ano após ano.

Conclui-se a partir deste panorama uma situação claramente prejudicial à ação da FUNAI. Se esta Fundação incapacita-se tecnicamente à análise dos dados disponíveis por sua incapacidade administrativo-burocrática de gerenciamento de informações, em consequência fica impedida de desempenhar suas funções de fiscalização da ação missionária e de defesa dos direitos das comunidades indígenas sob sua proteção. O que acarreta é o total descrédito da FUNAI tanto por parte dos grupos indígenas quanto da sociedade civil como um todo.

Este descrédito, fundamentado na ineficácia da fiscalização da ação missionária, é fator fundamental para a própria estratégia de atuação das Missões. É fato notável que os missionários primeiro entram em contato com os grupos com os quais desejam trabalhar para somente depois procurarem a FUNAI para "regularizarem sua situação". Assim também ocorre com as expansões dos quadros de missionários e com os intermínáveis processos de assinaturas de convênios; enquanto as propostas de convênios estão sendo "estudadas" no interior do órgão, os missionários trabalham expandindo suas áreas de atuação. A Fundação, neste sentido, tornou-se simplesmente um Ór

gão "formalizador", que além de não ter condições de atuar em todas as áreas sob sua jurisdição, é incapaz de fiscalizar as missões passando "avais" à sua atuação e regulamentando o que pode ser duvidoso e incerto.

Tal configuração influenciou sobremaneira esta parte do levantamento. Aliás, se algo de consistente ela produziu foi exatamente a detecção deste processo; a reprodução de um esquema deficiente de controle possibilitada pela incapacidade administrativa desta Fundação.

Sendo assim, é fator primordial para uma redefinição da atuação fiscalizadora do Órgão Tutelar uma completa reorganização dos documentos sob sua guarda. O eficaz gerenciamento das informações e dos dados acumulados nas dependências desta Fundação é condição sine qua non para uma atuação rápida e consciente dos seus técnicos quando analisam quaisquer assuntos de interesse à problemática indígena e, conseqüentemente, à problemática missionária. Além disso, o delineamento de um "relatório básico" uniforme e capaz de fornecer dados substanciais acerca da atuação missionária em áreas indígenas seria a contrapartida "externa" do procedimento. Ou seja, um questionário de fórmula única e a ser respondido pelos próprios missionários é peça importante para a continuidade da organização documental, bem como para um criterioso processamento das informações; em conseqüência disso, a viabilização da atuação concreta e conseqüente deste Órgão Tutelar.

3. OS RELATÓRIOS DO S.A.I.

Foi procurando as vias desta reorganização que encontramos - não menos casualmente que muitos documentos - alguns relatórios sobre missões provindos do C.P.D. do MINTER. Em contatos junto à Divisão de Informática da FUNAI descobrimos serem tais relatórios parte do "Sistema de Cadastramento de Áreas Indígenas" - S.A.I que, apesar de se constituir, num sistema extremamente global e importante, estava desativado por falta de uso. Sendo assim, nos dirigimos à Secretaria de

Organização e Sistemas do MINTER para inquirir sobre a possibilidade de sua reativação. Nos contatos mantidos com o Chefe da aquela Secretaria ficou expresso que havia grandes possibilidades e muito interesse na reativação do referido sistema. Sendo assim, iniciamos conjuntamente essa tarefa que, de acordo com os entendimentos mantidos, se constitui de quatro fases:

- a) Fornecimento da última listagem referente às missões e da "Pasta do Usuário do S.A.I.";
- b) Apresentação do sistema aos técnicos do G.T. por analista do MINTER;
- c) Treinamento dos técnicos do G.T. no sentido da aplicação do sistema;
- d) Aplicação dos questionários, via U.E.Rs.

Neste sentido o que já se fez foi a análise da listagem e a leitura das instruções e descrição do sistema (ponto "a"). A conclusão a que chegamos é dupla: se por um lado o sistema justifica-se em larga medida por sua proposta, por outro é restrito em sua amplitude e profundidade no que se refere aos dados concretos sobre a ação missionária.

De acordo com a Pasta do Usuário do S.A.I. (Brasília, MINTER, 1984), assim ele foi concebido:

"Tendo em vista a necessidade de manter um maior controle sobre as Áreas Indígenas de sua jurisdição, a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, decidiu pelo desenvolvimento de um sistema computadorizado que lhe desse maiores condições de exercer este controle, surgindo então o SAI - Sistema de Cadastramento de Áreas Indígenas" (IG 02).

Obviamente tal justificativa coaduna-se profundamente com nossa proposta de uma ação efetiva de fiscalização e controle de ação missionária em áreas indígenas. Entretanto, o

que percebemos após a leitura dos últimos boletins do SAI é que na forma em que eles se encontram elaborados pouco podem nos auxiliar na real concretização deste objetivo. Os dados fornecidos são essencialmente de ordem material e descritivas, como expresso no próprio manual de instruções, "da infra-estrutura social, financeira, física e de apoio das missões". Carecem, portanto, de dados fundamentais como o corpo de missionários, a qualidade da assistência fornecida, etc.

Assim, a conclusão a que o G.T. chegou é que para a viabilização dos seus objetivos a utilização de um sistema computarizado para o processamento dos relatórios trimestrais das missões é fundamental, necessitando entretanto de ser elaborado com a colaboração dos técnicos componentes do Grupo de Trabalho. Quer dizer, a utilização do S.A.I só será proveitosa se seus procedimentos puderem ser reavaliados, pelo menos no que se refere às missões. Neste sentido, a proposta é que realizemos o mais rápido possível os pontos "b" e "c" do cronograma e elaboremos, em conjunto com os analistas do MINTER, uma fórmula de relatório mais abrangente e profundo que deverá ser preenchido pelos próprios missionários. A partir daí passaríamos a efetivação do ponto "d" que completaria o processo de reativação do S.A.I., e permitiria finalmente a elaboração por parte da AESP de um mapeamento completo da ação missionária em áreas indígenas e o seu controle eficaz.

4. OS RELATÓRIOS DE PESQUISADORES E DOS ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE INDIGENISMO/85

A leitura dos relatórios de pesquisadores que tiveram suas autorizações de pesquisa para a 1a., 2a. e 8a.DRs e dos estagiários tinha como razão o levantamento de dados concretos sobre a atuação missionária nestes locais com o objetivo da determinação das áreas mais problemáticas, que seriam as prioritárias para as avaliações "in loco" programadas para 1986. Resolvemos, entretanto, suspender tal levantamento pois determinações superiores no sentido da elaboração do planejamento

mento anual de viagens vieram a inviabilizá-lo. Ou seja, na medida em que elaboramos previamente os locais a serem visitados "in loco", a determinação de áreas mais problemáticas perdia completamente a razão de ser.

No entanto, avaliamos como essencial a leitura e análise dos referidos documentos como importantes subsídios à nossa avaliação. O que agora se impõe é uma transformação na estratégia de procedimento: anteriormente à cada viagem de avaliação "in loco", serão lidos e avaliados os relatórios referentes às áreas a serem visitadas. Apesar de tal estratégia comprometer em certa medida a visão global da atuação missionária e a organização dos dados disponíveis nesta AESP pelo G.T., julgamos ser a única maneira eficaz de adequarmos nossa avaliação com as necessidades de planejamento orçamentário desta Fundação.

5. AVALIAÇÕES ESPECÍFICAS

5.1. Educação

Marina Kahn Villas Bôas

Fazer uma avaliação de gabinete sobre a atuação das Missões no campo da educação é procedimento bastante delicado, tendo-se em vista a escassez de dados que os relatórios formulados pela FUNAI apresentam para controlar o trabalho missionário. Tentaremos então, em função de uma experiência com o trabalho educacional dentro de área indígena, e o fato de termos presenciado diferentes grupos que tiveram diferentes graus de contatos com diferentes agentes educacionais - tanto missionários como leigos - proceder a uma análise que extrapole os dados retirados exclusivamente dos relatórios das Missões e possam compor um quadro mais avaliativo do que meramente quantitativo e estatístico.

EDUCAR/EVANGELIZAR

As três Missões - MEVA, MICEB e MNTB têm a atua

ção em escolas como meta fundamental dentro das comunidades indígenas. Seus agentes missionários geralmente têm alguma qualificação em lingüística e o seu primeiro procedimento é executar o levantamento lingüístico do grupo em que vão consolidar seu trabalho missionário. Como é de se esperar, isto leva algum tempo. Neste ínterim, o trabalho varia entre apoiar as atividades da escola da FUNAI - no caso dela estar presente na comunidade - na língua portuguesa, ou alfabetizar, na língua materna, de forma não totalmente sistematizada; ou seja, o simples contato diário do missionário com os índios, e o compromisso de assumirem com eles a tarefa da educação, faz com que no dia a dia da escola, sejam introduzidas as grafias do som da língua materna, e introduzidos os primeiros procedimentos da alfabetização bilíngüe. Não há dúvida de que é o melhor método para se adquirir confiança e alimentar expectativas por parte da comunidade. Com a presença constante dos professores missionários na aldeia e o princípio de que é através da formação bilíngüe, ou na língua materna, que se dá a forma mais competente e lógica de se garantir a socialização do índio aos novos padrões da civilização, vai se consolidando a presença dos agentes missionários na área.

Não podemos atestar, através dos relatórios, em que momento se daria, dentro da escola, o trabalho de evangelização. Sabemos apenas que este trabalho é feito, pois os próprios relatórios informam sua ocorrência. Na medida que ele é desenvolvido através da leitura de textos bíblicos, trechos do Evangelho, Velho e Novo Testamento, pressupõe-se de que isto deve ser feito com alunos alfabetizados. Além disso, o culto de oração diária, aulas para aperfeiçoamento em leitura e mesmo a prática da Escola Dominical (MICEB, por exemplo) devem ter como público, a população infanto-juvenil, que, se não é orientada na escola, acompanha seus pais nos ofícios religiosos e assimila as mensagens missionárias indiretamente.

Como já dissemos, os relatórios enviados são muito concisos e pouco educativos. Se por um lado dão conta de indicar o número de alunos, freqüência e índice de aproveitamento

mento, não nos indicam o conteúdo das aulas. Registrar um bom aproveitamento da classe pressupõe algum parâmetro; o que foi bem assimilado? de que forma é feita a assimilação? sobre que conteúdos ela se baseia? Será que o bom aluno é aquele que não falta a escola, ou aquele que consegue ler e escrevem bem, ou ainda aquele que lê ou repete com mais fluência um versículo da Bíblia?

Os missionários das Novas Tribos alertam para a dificuldade de se trabalhar com determinados grupos: são nômades, faltam às aulas, não querem estudar e não assimilam noções de assiduidade, entre outros exemplos. Estas observações nos levam a considerar que em nenhum momento o trabalho em educação das Missões respeita a especificidade cultural do grupo, (pelo menos no que diz respeito aos aspectos extra-lingüísticos) e sim, arma-se de uma ideologia integracionista para sustentar seu trabalho. Fica relativamente claro que o que importa é a presença deles na área, e que o pacto de assistência feito com a FUNAI seja mantido. Consta que no Convênio será dada assistência em educação. Nesse sentido então, não há dúvida de que suas ações - espelhadas em parte nos relatórios - são competentes e suficientes. Ou seja, mantêm uma escola, com X alunos, Y merenda escolar, Z professores; mantêm uma enfermaria com X instalações, Y quantidade de remédios e Z pacientes atendidos, e assim por diante. Isto, a nível de análise de relatórios, pode parecer importante e suficiente, mas oculta a diretriz ideológica que foge ao controle da FUNAI. Esta, por sua vez, como não conta com uma infra-estrutura capaz de suprir as necessidades dos grupos indígenas que deveria atender, sustenta a permanência das Missões e fecha os olhos para seu dia a dia.

AS CARTILHAS - ALGUNS ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

A Missão Novas Tribos do Brasil geralmente elabora uma cartilha de alfabetização em língua materna, feita por eles próprios, e, às vezes, com assessoria ou re-edição das do SIL.

Nos ^{limitamos} deteremos aqui a uma avaliação de método, considerando aspectos didático-pedagógicos pois a nível de conteúdo, não dominamos a língua de todos os grupos a que elas se dirigem.

Tomaremos como base os 4 volumes das cartilhas feitas para os Hixkaryana, nos detendo especialmente no volume 1, que pressupomos ser aquele que introduz o processo de alfabetização aos índios.

1. Apresenta-se na 1ª. lição, duas palavras geradoras nas quais introduz-se três fonemas ("toto" e "kana").
2. A segunda página (seria a segunda lição?) já compõe uma frase como uma nova palavra acrescentada às duas anteriores ("kana wono toto").

- A introdução de fonemas não se dá em função de uma única palavra geradora da qual se obtém a família silábica, até a introdução gradativa de novos fonemas em função de dificuldades.

- Não se desmembra a palavra em sílabas, recurso que facilita ao índio perceber que a cada som corresponde um diferente símbolo, e que símbolos iguais, compostos de maneiras diferentes, criam novas palavras. Estas irão surgir apenas no volume 4, quando se introduz as vogais "e" e "u".

- A fixação das letras é isolada, não se garantindo assim que o aluno perceba que o "w" da palavra "wono" é o mesmo da palavra "kanawa", por exemplo.

3. Na lição 13 surge uma dificuldade ("ntono"), não reforçada a assimilação por nenhum outro exemplo. Na lição 21, a palavra "nomokno" apresenta o mesmo tipo de dificuldade.

4. Os desenhos que apresentam as palavras geradoras podem nem sempre corresponder à idéia que o índio faria daquele objeto, pessoa ou situação. Isto provoca uma situação em que o aluno pode estabelecer dupla identificação de algo que culturalmente se expressa de uma forma, mas que na escola por causa do livro, ela assume outra.

Em função do exposto acima, o aluno pode facilmente acabar decorando a palavra ou frase que lhe é apresentada, pois não existe cuidado em se criar exercícios que transmitam um mesmo conteúdo em diferentes contextos e assim por diante. Não sabemos quais são os exercícios de fixação adotados, mas conhecemos quão pernicioso é, para o aprendizado, o uso exclusivo ou predominante da cópia; pressupomos que seja este o principal método utilizado, pois nunca vimos qualquer tipo de exercício para o domínio do uso da palavra em diferentes situações.

A ESCOLA DA MISSÃO

Se formos analisar o currículo da maioria dos professores missionários que atua nas escolas, percebemos que sua formação geralmente não ultrapassa o 1º grau, com alguma especialização em saúde (geralmente técnica) capacitando-o a desempenhar múltiplas funções: "auxiliar, quando necessário, no atendimento de saúde" e propiciar dentro da aldeia o ensino até a 4a. série do 1º grau, no caso de grupos apresentarem maior contato com a sociedade envolvente. Neste caso, o material didático utilizado é o da escola formal/oficial brasileira. Se até então a alfabetização havia sido na língua materna, de repente, ele se vê assimilando noções de Estudos Sociais ("quais as principais ruas de sua cidade?"; "como você e sua família interagem com a comunidade de seu bairro?"; "quais as atividades de lazer que você mais gosta: pescar, passear no sítio do vovô ou patinar?" e assim por diante), Português (poemas de Vinícius de Moraes, Cecília Meirelles e outros de qualidade ^{mais} duvidosa), para adquirirem novo vocabulário e Matemática, através de um método que nem sempre pode ser compatível com a estrutura de pensamento do grupo. Está situada aí então a incoerência mais gritante. Defendia-se exaustivamente a necessidade da alfabetização ocorrer na língua materna; o contrário representaria uma violência "psíquica" e cultural e daí tantos lingüistas missionários (geralmente estrangeiros) voltados com afinco e dedicação na compreensão da língua e cultura indígena.

De repente, alfabetizado o aluno, ele já está apto para estudar em português; de uma hora para outra, adota-se, sumariamente, o ensino da escola nacional, propagadora da civilização ocidental-cristã, difusora da ordem capitalista, competitiva e segregadora. Esqueceu-se rapidamente que a cultura indígena deve ser poupada do choque cultural; afugenta-se a idéia da manutenção de sua integridade social e execra-se sua condição "primitiva", "alienada", "atrasada".

Aos missionários estrangeiros e com uma formação superior, cabe a tarefa de proceder ao estudo lingüístico, com vistas a tradução da Bíblia para a língua indígena. Daí toda justificativa ideológica em se defender o ensino da escrita na língua materna, pois garante-se que a assimilação do conteúdo do Evangelho seja logo tida como parâmetro para uma nova relação com o mundo - a escrita.

O segundo passo, que é o estudo do português, pode ser feito com missionários brasileiros, menos especializados, geralmente pessoas mais humildes que se submetem a uma vida menos confortável nas aldeias, e que não têm a menor criticidade sobre o trabalho que desenvolvem. Propagam o ensino formal, completam as lacunas da própria FUNAI que também não teve um trabalho educacional alternativo para os grupos indígenas, e sedimenta-se assim, o processo de degradação cultural das sociedades indígenas do país. Os missionários com qualificação superior costumam revesar-se nas múltiplas tarefas de assistência; orientam os outros menos qualificados e vão mantendo assim sua presença dentro da comunidade.

Se a FUNAI já enfrenta problemas com a qualificação de seu pessoal de área, vemos que não é com o da MEVA, MICEB e MNTB que este problema se solucionaria.

Se a FUNAI já não adota uma política educacional adequada aos povos indígenas, já ficou demonstrado que não é com a prática pedagógica do pessoal das Missões, que também esta questão se solucionaria.

Para atuar em área indígena, especialmente num

trabalho de escola, não é suficiente uma formação em pedagogia ou em curso normal (como é o caso de alguns professores missionários). Aliás, isto pode até ser dispensável. É necessário sim, que o indivíduo tenha, além de um preparo em lingüística, noções mínimas em antropologia, o suficiente para perceber quais os mecanismos que regem o comportamento de alguém que viverá outra cultura; precisa de subsídios mínimos para controlar impulsos etnocentristas e preconceituosos. Portanto, parece-nos absolutamente comprometedor a presença de agentes educativos dentro de comunidades indígenas que estejam envolvidos com instituições religiosas; não podemos dissociar a ideologia do trabalho desses agentes.

Cabe neste momento indagar de que forma este tipo de trabalho em educação, reforçado pelo pessoal das Missões, pensa a questão da autonomia das escolas do esquema oficial, dependendo do professor branco para sobreviver, e sem avaliar o potencial de uma metodologia calcada num programa curricular específico, saído de um processo participativo índio/educador branco/comunidade.

Sabemos que as Missões se preocupam em formar monitores bilíngües, os chamados "alfabetizadores", que são nada mais nada menos do que porta-vozes da postura e ideologia da Missão dentro da comunidade. Isto porque eles são selecionados entre "os melhores", "mais dedicados", "mais assíduos", "mais inteligentes". Não há dúvida de que é preciso ser tudo isto para conseguir aprender alguma coisa das cartilhas de alfabetização feitas na língua do grupo (pelas razões apresentadas no item anterior). A rigidez do espaço escolar, horário, notas e competição entre melhores e piores, faz com que poucos tenham realmente um aproveitamento "satisfatório". Estes, são pinçados para tornarem-se os futuros alfabetizadores. Curiosamente, são os que dominam com maior fluência a terminologia dos ensinamentos religiosos: "Deus como eterno protetor; Cristo como Salvador, sua morte expiatória na cruz; o Espírito Santo como Consolador e Ajudador; a separação do crente do pecado; o amor a Deus e ao próximo, e a espera de um futuro melhor e eterno com Deus"...

Paralelamente a isso, para disfarçar a evangelização, cultua-se datas nacionais, como que para mostrar que se compensa de um lado, o que se tira do outro. Todos os relatórios enviados pelas Missões, sem exceção prontificaram-se a declarar que a comunidade indígena também comemora as datas nacionais: 7 de setembro, 15 de novembro, o dia do índio, do descobrimento do Brasil, etc.

Está formado o soldado de Deus, o soldado da Pátria. Desaparece o herói mítico, criador astuto e conselheiro, para dar lugar ao criador policial, castrador e autoritário.

Queremos concluir constatando que se é inevitável a presença da instituição de ensino dentro de uma comunidade indígena em contato, que ela assuma um papel de informadora, habilitando o aluno em técnicas novas, e nunca de normatizadora de hábitos e comportamentos. Neste momento portanto, não só cabe avaliar-se o item "educação" dentro dos Convênios FUNAI/Missões como também perceber que, enquanto se associa educação com integração, pouco se conseguirá para o índio que, afinal, quer apenas interagir-se de um mundo povoado na sua maioria por um homem diferente dele, e muito poderoso.

5.2. Saúde

Yolanda Leite (Divisão de Saúde)

MNTB (Missão Novas Tribos do Brasil)

A MNTB é a Missão que atua em caráter permanente em maior número de grupos e aldeias indígenas, e conta com grande número de missionários, que mesmo em período de férias, não deixam as Missões descobertas.

A MNTB vem colaborando com a FUNAI na assistência de saúde, e conta com algumas enfermeiras, auxiliares de enfermagem, atendentes e missionários apenas com pequeno treinamento de enfermagem. Na verdade essa cooperação poderia ser bem mais valiosa e significativa se houvesse maior entrosamen

to entre a FUNAI e a Missão, para que esta pudesse prestar a assistência dentro do mesmo espírito da nossa política de Saúde e executar os programas orientados pela FUNAI, uma vez que a mesma tem atuação em grande número de áreas das diversas UE. Em algumas localidades a FUNAI não está presente, e em outras, só raramente presta assistência.

Há mais ou menos três anos, a Divisão de Saúde manteve contato com a direção da MNTB, objetivando entrosamento para promover cursos regionais de reciclagem, para os missionários, a fim de que os mesmos pudessem oferecer aos índios uma assistência mais eficiente na área de Saúde.

Infelizmente, com as crises ocorridas na FUNAI, isto ainda não foi possível, mas esperamos que futuramente esse objetivo seja atingido.

MEVA (Missão Evangélica da Amazônia)

Em 1979 a Divisão de Saúde, através de membro da Divisão de Saúde teve oportunidade de conhecer na área da 10a.DR, o trabalho realizado pela MEVA nos Postos: Auarés, Palimiú, Mucajaí (Yanomami) e Kaxmi (Wai Wai). Na época foi observado que a Missão realizava um trabalho bom e com bastante responsabilidade, merecendo elogio da UAE pelo trabalho realizado de controle de tuberculose, nas malocas do Mucajaí e Palimiú, com orientação da enfermeira da Missão, que estava lotada na sede da Missão em Boa Vista, e percorria as áreas onde não havia enfermeiras, e sim só atendente ou monitores. É a única Missão que envia regularmente (mensalmente) os relatórios dos atendimentos de saúde prestados nas áreas indígenas.

Em Auarís a enfermeira vem treinando dois (02) índios Maiongong para monitores de saúde, e ambos já desempenham atividades de enfermagem sob a supervisão da mesma. Em Kaxmi uma enfermeira que ficou com os Wai Wai, durante mais de trinta anos (desde quando ainda estavam do lado da Guiana Inglesa), treinou dois (02) índios para monitores de saúde.

No que diz respeito a Saúde, não se pode negar que a MEVA vem prestando relevantes serviços aos Índios.

MICEB (Missão Cristã Evangélica Brasileira)

A Divisão de Saúde não tem dados, nem informações suficientes sobre a atuação da MICEB na área de saúde, para poder fazer uma avaliação sobre a mesma.

5.3. Estudos Lingüísticos

Nelmo Roque Scher

Consultando os processos constantes no Setor de Documentação da AESP referentes às atividades lingüísticas das Missões MICEB, MEVA e MNTB no período de 1979 a 1985 pude constatar o seguinte:

1. O modelo do "Relatório Semestral das Missões Religiosas em Áreas Indígenas" é deficiente em todos os aspectos. Não favorece a uma eficiente recuperação de informações.
2. A MICEB em todos os processos analisados não faz menção a nenhuma atividade de pesquisa lingüística. Há menção de cartilhas bilíngües usadas na alfabetização das escolas, no entanto, essas não estão anexadas aos processos. Com isso, não há possibilidade de avaliação das atividades lingüísticas.
3. Sabe-se que a MEVA já há muitos anos faz análises da língua WAI-WAI (Karib), mas nos processos analisados não encontramos nada com referência a isso. Essa Missão fez uma análise fonológica preliminar da língua Atroari.
4. Com relação a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) há no Setor de Documentação no período de 1979 a 1985 uma menção a descrição fonológica da língua Jaminawa e uma cartilha da mesma língua; um livro de histórias Kanamari e um Jornal Kanamari; Porção de História Sagrada nº 3 Pacaas Novos. Essa

Missão também produz livros de histórias, hinários e traduções da Bíblia, sendo que alguns exemplares nos foram remetidos em 1985. Em relação a esses livros nós solicitamos a essa Missão que nos remetesse as etapas da descrição linguística, qual seja o levantamento fonético, as análises fonológicas, morfológicas e sintáticas que levaram à elaboração desses volumes. No entanto, nenhuma dessas etapas de análise nos foram remetidas.

5. Em relação à pesquisa linguística, qualquer pesquisador de línguas indígenas por força do convênio ou da autorização é obrigado a fornecer à FUNAI todo material de que se serviu na pesquisa. Naturalmente, esse material compreende descrição fonética, análise fonológica, morfológica, etc. Não basta que as missões nos enviem livros, hinários, cartilhas em língua indígena; é necessário que tenhamos acesso às etapas que levaram à elaboração desses volumes.
6. No acervo da biblioteca da FUNAI não consta nenhuma publicação, quer cartilha ou livro de orientação religiosa, proveniente da MEVA; da MICEB consta a referência de 1 (uma) cartilha Kaiapó e 02 (dois) livros religiosos; das MNTB constam as seguintes referências:

MNTB	CARTILHAS	LIVROS RELIGIOSOS
Baniwa	05	02
Canamari	02	02
Culina	01	06
Gavião	07	01
Krikati	03	
Manchineri	01	
Marubo	06	03
Nyeugatu	07	01
Pacaas Novas	08	10
Uaica	08	01
Yanomami	10	02
Yawanawá	02	
T O T A L	52	28

6. LINHAS DE AÇÃO PARA 1986

A atuação do G.T. em 1986 estruturar-se-á pelas seguintes diretrizes:

- Viagens de avaliação "in loco":

Conforme o quadro em anexo (Anexo I), planeja_mos 11 viagens aos mais variados pontos do território nacional abrangendo 32 áreas indígenas e 20 grupos missionários. As avaliações serão feitas por grupos constituídos por um antropólogo, um lingüista, um técnico em educação e um técnico em saúde, sendo ao mínimo dois deles componentes do G.T., os quais dirigirão a equipe. É importante salientar a necessidade de assinatura de convênios com as Universidades, principalmente na área de lingüística, para que possamos nos valer da inestimável colaboração de profissionais capacitados para este trabalho de análise, visto que a FUNAI conta com apenas um lingüista em seu quadro de funcionários. Além do mais, tal tipo de colaboração traz consigo o estreitamento dos laços FUNAI/UNIVERSIDADES o que certamente possibilitará o resgate da imagem do Órgão Tutelar juntamente com a própria redefinição de sua prática de trabalho e política de atuação.

O objetivo deste tipo de análise é o de avaliar_mos caso a caso a atuação missionária, tendo como preocupação principal o aprofundamento em todos os seus aspectos, para posteriormente termos segurança quanto às decisões no sentido da postura do Órgão Tutelar em relação a cada situação particular. Sendo assim, estes "estudos de caso" deverão ser encarados como a chave de toda a sistemática de trabalho do G.T. na medida em que se constituem na qualificação empírica do procedimento analítico e das decisões político-jurídicas.

- Elaboração de questionário único:

De acordo com o que foi apontado nos itens 1 e 2, a qualidade e adequação dos dados fornecidos pelas missões

em seus relatórios semestrais é de natureza duvidosa e estruturação deficiente. Sendo assim, é meta do G.T. a elaboração de um questionário uniformizado que deverá ser preenchido pelos missionários e encaminhados à FUNAI semestralmente. O G.T. dedica-se no momento à sua elaboração, que se encontra na fase final. Feito isso, entraremos em contato com os programadores do MINTER, com o fito de adequarmos o questionário à linguagem computadorizada e darmos a ele a forma final (que será um reaproveitamento do atual S.A.I.). A fase subsequente será a remessa dos questionários a todos os postos missionários e depois a tabulação dos dados. Tencionamos, com isso, inaugurarmos um procedimento ordinário de prestação de contas por parte das missões que não caia nas imperfeições ora recorrentes e que possibilite a organização de um sistema coerente de tabulação, ordenamento e recuperação destes dados por parte desta Fundação. O preenchimento e remessa destes questionários deverá ser incluído, inclusive, como condição necessária à permanência das missões em áreas indígenas na elaboração das novas normas que regulamentarão a ação missionária entre grupos indígenas (vide mais abaixo).

- Reativação do S.A.I.

Consoante o que foi salientado no item 2 deste relatório, a reativação do Sistema de Cadastramento de Áreas Indígenas já está em processo. Deveremos dar continuidade ao trabalho começando pela adequação do questionário por nós elaborado à linguagem computarizada, submetendo-o ao crivo dos analistas de sistemas do MINTER; feito isso passaremos à elaboração de um cadastro para missões, também a ser feito de acordo com as normas da moderna ciência informática. Todo esse processo terá como finalidade recolocar em funcionamento o S.A.I., repensando sua estrutura original, atitude essencial para adequá-lo aos propósitos de agilização do acesso às informações e eficiente fiscalização por parte da FUNAI em relação aos grupos missionários atuantes em áreas indígenas.

No entanto, para uma completa realização destes propósitos é fundamental o aparelhamento da AESP com um terminal ligado ao Computador do MINTER, ou mesmo a instalação de um microcomputador nesta Assessoria. Tal procedimento evitaria os transtornos e os gastos desnecessários com deslocamentos, além de proporcionar uma economia de tempo e agilização no acesso das informações necessárias. Obviamente a presença deste aparelho seria um estímulo aos outros técnicos desta Assessoria no que tange ao repensamento dos procedimentos de trabalho e adequação às modernas tecnologias de gerenciamento de informações; o subproduto de tal processo, enfim, poderia ser a própria modernização desta Fundação em seus métodos e estratégias de trabalho e ação.

- Redefinição das normas regulamentadoras da ação missionária:

Esta é a parte mais importante do trabalho. Qualquer medida efetiva de fiscalização e controle da ação missionária deve contar com o respaldo de uma legislação eficiente, dinâmica e eficaz. Como se sabe, os efeitos da anacronia do arsenal normativo ora em vigor (Portarias nºs 472/N/77 e 449/N/77) é extremamente lesivo aos interesses desta Fundação e aos índios sob sua proteção. Portanto este será o ponto crucial de concentração do G.T. em 1986. A experiência de avaliação "in loco", a análise dos documentos e o mapeamento da atividade missionária servirão como subsídios à elaboração da proposta de legislação para o setor pelo G.T.

Por exatamente depender de uma visão global da atividade missionária, a discussão deste ponto ainda não se iniciou; entretanto, os primeiros trabalhos de análise dos textos em vigor e das propostas de alterações deverão ter início ainda em janeiro.

Tencionamos, após os estudos iniciais e a elaboração de minutas de portaria, realizar um amplo debate em torno do assunto entre os técnicos dos mais variados setores des

ta Fundação. Fruto deste debate será a proposta de legislação para o setor, como posicionamento da FUNAI enquanto instituição. A partir daí esta proposta seria apresentada à discussão e crítica de antropólogos, sociedades de defesa à causa indígena, associações científicas, organizações religiosas e da sociedade civil como um todo. Neste sentido, o G.T. sugere a realização de um seminário sobre o assunto, provavelmente no início do mês de maio, oportunidade na qual seria elaborado o documento jurídico final.

Tal procedimento coaduna-se com a proposta da atual administração da FUNAI que, no esforço de realizar o repensamento da Política Indigenista sob sua orientação, pauta-se pelos princípios democráticos do diálogo com a sociedade civil e a permeabilidade às críticas dele emergentes. Então, integrados neste duplo propósito de criticar-se internamente e abrir-se à crítica conseqüente é que o G.T., através da AESP, pretende contribuir para a tarefa crucial de redefinir os rumos da Política Indigenista e garantir o respaldo da sociedade brasileira para sua concretização só possível se contextualizada no espírito da mais ampla discussão democrática.

BSB, 23/01/86

Mário Canello
Mário de Matos Canello
Antropólogo/AESP

AESP/sb

"GRUPO DE TRABALHO AÇÃO MISSIONÁRIA"

PLANEJAMENTO DE VIAGENS PARA AVALIAÇÃO "IA LOCO" - 1986

MES	PERÍODO	U.E.R.	GRUPO	ÁREA	MISSÃO	TRECHOS
FEVEREIRO	2-28	8a.DR	ASSESSOR II LINGUISTA TÉC. EDUCAÇÃO ENFERMEIRA	1. A.I. PAKAA-NOVA - P.I. PAKAA-NOVA . ALDEIA Dr. TANAJURA . ALDEIA STº ANDRE	MNTB	BSB/PORTO VELHO (AVIÃO) PORTO VELHO/GUAJARÁ MIRIM (BANDEIRANTE) GUAJARÁ MIRIM/PI PAKAA-NOVA (VOADEIRA)
				2. A.I. RIO NEGRO / OCAIA - PI. RIO NEGRO - OCAIA	MNTB	PI. PAKAA-NOVA/PI. RIO NEGRO/OCAIA (VOAD.)
				3. A.I SAGARANA	SALESIANOS	PI. RIO NEGRO-OCAIA/PI. PAKAA-NOVA/A.I. SAGARANA (VOADEIRA) - G.M/P.V/BSB
FEVEREIRO	25-25 MAR	10a.DR	ANTROÓPOLO/G.T LINGUISTA/ G.T TÉC. EDUCAÇÃO TÉC. SAÚDE ANTROPÓLOGO/DR	1. A.I YANOMAMI - P.Is : AUARIS MUCAJÁ PALIMI-Ú	MEVA	BSB/MANAUAS/B.VISTA/A.I WAI-WAI/A.I MAKUXI/A.I YANOMAMI/B.VISTA/MANAUAS/BSB
				- P.Is : TOOTOTOBÍ MARARI	MNTB	
				2. A.I WAI WAI - P.Is : KAXMI MAPUERA	MEVA	
				3. A.I MAKUXI	MEVA / SOC. CIVIL BAPT. MID-MISSIONS	
4. SEDE MISSÃO/BOA VISTA	MEVA					
MARÇO	10-25	1a.DR	ANTROPÓLOGO/GT LINGUISTA ANTROPÓLOGO/DR ENFERMEIRA/G.T	A.I SAIERÉ-MAWÉ	MNTB DIOCESE DE PARINTINS	BSB/MANAUAS/A.I ANDIRÁ/MARAU/MANAUAS/BSB
ABRIL	01-30	2a.DR P.Q.I TU MUCUMAQUE	ANTROPÓLOGO/G.T LINGUISTA/G.T ANTROPÓLOGO/DR TÉC. SAÚDE	1. A.I KAYAPÓ	MICEB	BSB/A.I KAYAPÓ (VIA XINGU)/ALTAMIRA/ BELÉM/MACAPÁ/A.I WAIÁPI/PQ.I.TUMUCUMA QUE/MACAPÁ/BELÉM/BRASÍLIA
				2. A.I WAIÁPI	MNTB	
				3. P.Q.I TUMUCUMAQUE	TIRIYÓ	

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Brasília-DF

MEMO Nº 029 /86 - AESP

Em 23/1/86

Do Antropólogo Márcio de Matos Caniello, pelo Grupo de Trabalho "A Ação Missionária nas Áreas Indígenas Brasileiras"

Ao Assessora Chefe da AESP

Assunto Relatório Parcial de Atividades (encaminha)

Sra. Chefe.

Encaminho nesta oportunidade o primeiro relatório de trabalho do G.T. "A Ação Missionária nas Áreas Indígenas Brasileiras", com as atividades desenvolvidas até o presente momento e as diretrizes de atuação para 1986.

Sugiro, salvo julgamento em contrário, o encaminhamento deste ao Presidente da FUNAI para ciência e apreciação de nossas propostas de ação.

Atenciosamente,

Márcio Caniello
Márcio de Matos Caniello
Antropólogo/AESP

AESP/MMC/sb